


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0002795-71.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **JORGE LUIZ PRATA VIEIRA**
 Requerido: **RAFAEL CAVALCANTI BEZERRA**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,
 parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos
 à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de
 trânsito.

Duas são as versões a propósito do episódio
 trazido à colação.

O autor sustenta que conduzia uma motocicleta
 pela Rua Dona Alexandrina, quando no cruzamento com a Rua Germinano Costa, cruzou
 pelo semáforo ali existente enquanto a luz indicativa era verde, momento em que foi
 colidido pelo veículo do réu, que não observou que o semáforo estava vermelho em sua
 mão de direção.

O réu, a seu turno, oferece explicação diversa.

Assentou que dirigia seu veículo pela Rua
 Germiniano Costa, e cruzou o semáforo existente no cruzamento com a Rua Dona
 Alexandrina quando o mesmo indicava luz verde, sendo atingindo na parte lateral de seu
 veículo, pela motocicleta do autor.

Quando da confecção do BOPM as partes

0002795-71.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

reproduziram as mesmas e discrepantes versões, não havendo registro de testemunhas que tivessem presenciado o evento.

As parte foram devidamente intimadas a esclarecer sobre o desejo de produzir outras provas, mas permaneceram silentes (fl.58)

Como se vê, há disparidade a propósito dos fatos.

Desde o início cada parte atribui à outra a responsabilidade pelo sucedido, detalhando de forma diferente a dinâmica dos acontecimentos.

Não se sabe, como realmente tudo se passou, não logrando o autor demonstrar com a necessária segurança os fatos constitutivos de seu direito.

A improcedência da pretensão bem por isso é a medida mais consentânea com o quadro delineado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA